

**SANEAMENTO BÁSICO:  
DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A GESTÃO PÚBLICA**

**BASIC SANITATION:  
CHALLENGES AND SOLUTIONS FOR PUBLIC MANAGEMENT**

**Sergio Luiz da Silva**

Graduação Tecnológica em Gestão Pública. Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Rondônia (IFRO). Brasil

E-mail: [sergio\\_luiz11@outlook.com](mailto:sergio_luiz11@outlook.com)

**Dr<sup>a</sup> Marineide Martiniano do Nascimento**

Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

E-mail: [profneidemn@gmail.com](mailto:profneidemn@gmail.com)

Recebido: 01/07/2025 – Aceito: 15/07/2025

## **Resumo**

O saneamento básico é essencial para a promoção da saúde pública e para o desenvolvimento sustentável das comunidades. No Brasil, muitos municípios enfrentam desafios críticos quanto à infraestrutura e à gestão dos serviços de saneamento. Este artigo tem como finalidade analisar os desafios que a gestão pública enfrenta no setor de saneamento básico em São Francisco do Guaporé, identificando os obstáculos, apontando suas causas e sugerindo soluções viáveis que possam ser implementadas de maneira eficaz e sustentável. A pesquisa utiliza metodologia mista, com revisão bibliográfica, estudo de caso e levantamento de campo com a população local e servidores da saúde. Os resultados apontam a necessidade de investimentos em infraestrutura, capacitação dos gestores e engajamento comunitário. Conclui-se que a adoção de boas práticas de gestão e a articulação entre poderes públicos e sociedade civil são fundamentais para superar os desafios identificados.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Políticas Públicas. Saneamento básico. São Francisco do Guaporé.

## **Abstract**

Basic sanitation is essential for promoting public health and for the sustainable development of communities. In Brazil, many municipalities face critical challenges regarding the infrastructure and management of sanitation services. This article aims to analyze the challenges faced by public management in the basic sanitation sector in São Francisco do Guaporé, identifying the obstacles, pointing out their causes and suggesting viable solutions that can be implemented in an effective and sustainable manner. The research uses a mixed methodology, with a literature review, case study and field survey with the local population and

health workers. The results indicate the need for investments in infrastructure, training of managers and community engagement. It is concluded that the adoption of good management practices and the articulation between public authorities and civil society are essential to overcome the challenges identified.

**Keywords:** Public Management. Public Policies. Basic Sanitation. São Francisco do Guaporé.

## 1 Introdução

O saneamento básico é um dos elementos essenciais para promover a saúde pública e o desenvolvimento sustentável das comunidades. No Brasil, apesar dos progressos alcançados nas últimas décadas, muitos municípios continuam a enfrentar sérios desafios devido à falta de infraestrutura adequada nesse setor.

Como mencionado por Nunes (2015), a carência de saneamento básico afeta diretamente a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, aumentando a incidência de doenças infecciosas e a mortalidade infantil. O acesso a serviços de água potável, coleta e tratamento de esgoto, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem urbana permanece desigual, impactando especialmente pequenos municípios, como São Francisco do Guaporé, situado no interior de Rondônia.

A condição precária dos serviços de saneamento básico em cidades menores, como São Francisco do Guaporé, revela um quadro preocupante, caracterizado pela falta de cobertura adequada para esgoto sanitário, deficiências na infraestrutura de abastecimento de água e coleta de resíduos sólidos, além da ausência de um sistema eficiente de drenagem urbana. Assim, é importante realizar uma análise, sobre: quais os desafios que a gestão pública enfrenta no setor de saneamento básico em São Francisco do Guaporé, quanto aos obstáculos, causas, e quais soluções viáveis podem ser implementadas de maneira eficaz e sustentável?

Sabendo que esses fatores prejudicam diretamente a saúde pública, a qualidade de vida da população e a conservação ambiental, iremos em busca de um entendimento referente as causas que impedem a gestão pública apresentar soluções eficazes para a problemática do saneamento básico no município. E diante desse contexto, o presente artigo visa analisar os desafios que a gestão pública enfrenta no setor de saneamento básico em São Francisco do Guaporé, identificando os obstáculos, apontando suas causas e sugerindo soluções viáveis que possam ser implementadas de maneira eficaz e sustentável.

A relevância do tema justifica sua escolha. O saneamento básico é crucial não apenas para promover a saúde e prevenir doenças, mas também desempenha um papel vital no desenvolvimento econômico e social das comunidades. Além disso, a eficiência na gestão pública desse setor é fundamental para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente aqueles voltados para garantir acesso universal à água potável e ao saneamento até 2030 (COSTA et al., 2022; RIBEIRO e ROOKE, 2010).

Assim, este estudo pretende enriquecer o debate acadêmico e prático sobre as melhores estratégias de gestão pública relacionada ao saneamento básico, oferecendo recomendações que possam ser utilizadas por gestores públicos, pesquisadores e outros interessados no desenvolvimento sustentável do país. A pesquisa está organizada para apresentar, inicialmente, uma revisão teórica sobre saneamento e gestão pública, seguida da análise da situação local em São Francisco do Guaporé, culminando na proposição de soluções viáveis e adequadas à realidade municipal.

### **1.1 Objetivos Gerais**

O presente artigo visa analisar os desafios que a gestão pública enfrenta no setor de saneamento básico em São Francisco do Guaporé, identificando os obstáculos, apontando suas causas e sugerindo soluções viáveis que possam ser implementadas de maneira eficaz e sustentável.

## **2 Revisão da Literatura**

O saneamento básico é "o conjunto de serviços essenciais necessários para criar as condições de vida e o ambiente sanitários necessários para proteger a saúde e a dignidade humana." É também a segunda seção da Lei nº 11.445/2007, ratificada pela Organização Mundial da Saúde como um direito humano, e está relacionada ao manejo de água, esgoto e resíduos. Pesquisas de Heller (2017) e do UNICEF (2019) apresentam evidências de que a ausência de infraestrutura está relacionada ao aumento do número de doenças transmitidas pela água, como diarreia, hepatite, a leptospirose e infestações por vermes, contribuindo para altas taxas de hospitalização.

Segundo a administração pública, Souza (2007) afirma que as entidades municipais da federação são responsáveis pela implementação do saneamento. No entanto, o mesmo autor destaca que os municípios têm limitações técnicas e financeiras, comprometendo a efetividade das ações. No caso do município de São Francisco, a urbanização não planejada e a baixa arrecadação de impostos agravam o desafio relacionado ao saneamento. A ausência de um plano municipal de saneamento eficaz e atualizado compromete a execução, organização e planejamento das políticas públicas.

## 2.1 Princípios e Leis do Saneamento Básico

O saneamento básico consiste em um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações destinados a garantir a saúde pública e a qualidade ambiental. Isso inclui o fornecimento de água potável, o tratamento de esgoto, a coleta e o gerenciamento de resíduos sólidos, bem como a drenagem urbana. De acordo com a Lei n.º 11.445/2007, atualizada pela Lei n.º 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento), o acesso universal e a sustentabilidade dos serviços devem ser considerados objetivos principais da política pública nacional.

Entretanto, como destaca Matias (2021), da Universidade Federal de Rondônia, as diretrizes nacionais muitas vezes desconsideram as especificidades regionais da Amazônia, como a dispersão populacional e as dificuldades logísticas, o que exige abordagens adaptadas à realidade local.

O saneamento básico, previsto na Lei nº 11.445/2007 e atualizado pelo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), é regulamentado como um direito essencial para a promoção da saúde, da qualidade de vida e da dignidade humana. Esse arcabouço normativo estabelece diretrizes nacionais para assegurar o acesso universal e a sustentabilidade dos serviços, incluindo o fornecimento de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto, a gestão de resíduos sólidos e a drenagem urbana (Alhos; Duarte, 2015, p. 65).

Em regiões como a Amazônia, onde está inserido o município de São Francisco do Guaporé, observa-se que tais diretrizes muitas vezes ignoram as especificidades locais, como a dispersão populacional, as dificuldades logísticas e a escassez de infraestrutura técnica. Isso exige que as políticas públicas sejam adaptadas à realidade regional, com planejamento participativo e estratégias adequadas às limitações socioeconômicas e territoriais. A ineficácia ou inexistência de planos municipais de saneamento básico

compromete não apenas a execução das ações, mas também a capacidade de captação de recursos e de atuação coordenada entre os entes federativos.

## 2.2 Saneamento e Saúde Pública

Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021), o saneamento básico é um direito humano fundamental. Sua ausência está diretamente relacionada à incidência de doenças como diarreia, hepatite A, leptospirose e verminoses, especialmente em áreas marcadas por vulnerabilidade social.

Estudos nacionais e internacionais corroboram essa relação. Heller (2017) indica que a precariedade sanitária tem um papel importante na alta taxa de internações por doenças transmitidas pela água. A UNICEF (2019) destaca que crianças que vivem em condições sem saneamento adequado estão mais vulneráveis a infecções, desnutrição e mortalidade.

Na região Norte, Costa e Amaral (2020) identificaram, no município de Guajará-Mirim (RO), que bairros com baixa cobertura de esgotamento apresentaram maior número de internações por infecções intestinais. As informações da Fiocruz (2021) e da OPAS (2019) indicam que o investimento em saneamento resulta em economia direta para o sistema de saúde, com estimativas de que cada R\$ 1 aplicado corresponda a uma redução de R\$ 4 em tratamentos médicos.

A relação entre saneamento básico e saúde pública é amplamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, que classifica o saneamento como um direito humano fundamental. A ausência ou precariedade dos serviços de saneamento é um dos principais fatores associados à incidência de doenças infecciosas e parasitárias, como diarreia, hepatite A, leptospirose e verminoses, sobretudo em populações socialmente vulneráveis. Diversos estudos apontam que o investimento em saneamento reduz significativamente os gastos com saúde pública, prevenindo hospitalizações e mortes evitáveis, especialmente entre crianças e idosos (Paganini; Bocchuglieri, 2021, p. 49).

Em municípios como São Francisco do Guaporé, onde faltam sistemas eficazes de esgotamento sanitário, água tratada e destinação correta de resíduos sólidos, os indicadores de morbidade são alarmantes. Assim, o saneamento deve ser compreendido não apenas como uma questão de infraestrutura, mas como um pilar da promoção da saúde coletiva, devendo integrar as políticas públicas de forma intersetorial e estratégica.

### 2.3 Desafios da Gestão Municipal

Os municípios brasileiros são legalmente responsáveis pelo planejamento e execução da política de saneamento básico, podendo integrar dois entes federativos e formar parcerias com estados e a União. Contudo, conforme relatado por Souza (2007), várias limitações levam à ineficiência do trabalho de diversos municípios.

Em São Francisco do Guaporé, a situação é agravada pela origem histórica e estrutural, incluindo a falta de planejamento, baixa arrecadação, e um Plano Municipal de Saneamento Básico desatualizado. Andrade (2022) argumenta que a falta de planejamento formal é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do setor. Por outro lado, algumas experiências regionais indicam caminhos possíveis. Oliveira e Santos (2021), em pesquisa sobre Alta Floresta D'Oeste, demonstraram que o planejamento com participação popular foi mais eficiente na execução, criou acesso à população e captou recursos estaduais e federais.

**Tabela 1 – Autores e Principais Contribuições sobre o Saneamento Básico**

<b>Autor / Instituição</b>	<b>Ano</b>	<b>Contribuição para o Tema</b>
Organização Mundial da Saúde (WHO)	2021	Estabelece o saneamento como um direito humano fundamental e vincula sua falta a várias enfermidades.
Heller, Léo	2017	Destaca que a falta de saneamento adequado é uma das principais causas de doenças e internações por infecções transmitidas pela água.
UNICEF	2019	Enfatiza os perigos para a saúde das crianças em regiões sem saneamento apropriado.
Souza, Celina	2007	Enfatiza a importância dos municípios e suas restrições na implementação de políticas públicas.
Matias, E. (UNIR)	2021	Critica a falta de consideração das realidades da Amazônia nas diretrizes nacionais de saneamento.
Costa e Amaral	2020	Pesquisa realizada em Guajará-Mirim confirma a ligação entre baixa cobertura de esgoto e aumento de infecções.
Fiocruz e OPAS	2019–2021	Apontam que o saneamento reduz custos com saúde pública, gerando uma economia de R\$ 4 para cada R\$ 1 investido.
Andrade, A. (IFRO)	2022	Denuncia a falta de planos municipais como um obstáculo à obtenção de fundos e à administração local.

Oliveira e Santos	2021	Apresentam um exemplo de sucesso em Alta Floresta d'Oeste (RO), onde o envolvimento da comunidade no planejamento aumentou a eficácia e a disponibilidade de recursos públicos.
-------------------	------	---

Fonte: Elaboração própria com base nas informações dos autores consultados (2025).

## 2.4 Participação Social na Política de Saneamento

A participação social é um dos pilares da política pública e é indispensável para sua eficácia, especialmente no campo do saneamento básico. Conforme a Lei nº 11.445/2007, a gestão dos serviços deve ser democrática e orientada por mecanismos de controle social e transparência.

Desse modo, é de extrema importância a participação da população na formulação, implementação e monitoramento das ações aumenta a legitimidade da política e a possibilidade de desenvolver soluções mais consistentes com sua realidade. Segundo Ribeiro e Rooke (2010), conselhos municipais de saneamento e audiências públicas são canais de escuta e deliberação coletiva, apesar de sua eficácia ser limitada pela falta de preparo técnico da sociedade civil, pouca representatividade e falta de uma cultura participativa.

No contexto de São Francisco do Guaporé, nota-se a fragilidade desses mecanismos. Muitos moradores desconhecem seus direitos relacionados ao saneamento e aos espaços institucionais. Táticas destinadas a educar e conscientizar podem fortalecer estratégias e estimular o ativismo comunitário.

## 2.5 Sustentabilidade e Inovação Tecnológica no Saneamento Básico

A sustentabilidade ambiental e a inovação tecnológica têm sido cada vez mais parte das políticas de saneamento, especialmente em países com problemas estruturais e escassez de recursos. Costa et al (2022) afirma que soluções alternativas, como tratamento de esgoto em sistemas descentralizados, armazenamento de água da chuva e biodigestores, são viáveis em áreas rurais e pequenos municípios. Tecnologias sustentáveis reduzem custos, aumentam a autonomia local e reduzem impactos ambientais.

Na Amazônia, fossas sépticas ecológicas e o reuso de águas cinza já obtiveram resultados promissores. Uma pesquisa de Ribeiro e colegas de 2020 nota que, embora existam algumas deficiências de integração, é aceitável para lidar com recursos hídricos e resíduos. Em São Francisco do Guaporé, a implementação ainda é incipiente, mas é uma solução prática, considerando as limitações logísticas e orçamentárias. Parcerias com universidades e organizações podem abrir caminho para projetos-piloto bem-sucedidos e avançar essas tecnologias.

A adoção de tecnologias sustentáveis no setor de saneamento básico tem se revelado uma alternativa promissora, especialmente para pequenos municípios e áreas rurais que enfrentam limitações orçamentárias e estruturais. Soluções como o reuso de águas cinza, fossas sépticas ecológicas, sistemas descentralizados de tratamento de esgoto e o aproveitamento da água da chuva contribuem para a autonomia das comunidades, reduzem o impacto ambiental e minimizam custos operacionais. No contexto amazônico, essas tecnologias são ainda mais relevantes devido às dificuldades logísticas e à grande dispersão geográfica da população (Almeida et al. 2023, p. 12).

Em São Francisco do Guaporé, apesar dos avanços ainda serem incipientes, o uso dessas inovações pode representar um caminho viável para enfrentar os desafios do saneamento, desde que articulado com políticas públicas eficientes, capacitação técnica e parcerias institucionais. Nesse sentido, a sustentabilidade e a inovação tecnológica devem ser integradas como eixos centrais nas estratégias municipais de saneamento, contribuindo para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida da população.

#### **4 Resultados e Discussão**

A análise dos dados sinalizou uma perspectiva alarmante no que diz respeito ao saneamento básico no município de São Francisco do Guaporé, especialmente em termos de cobertura do esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e estrutura institucional para o planejamento setorial.

Embora avanços significativos tenham sido feitos ao longo dos anos, o município ainda enfrenta desafios substanciais para assegurar o fornecimento estável de água potável, a coleta e destinação adequadas do esgoto sanitário e a gestão organizada de resíduos sólidos urbanos. Esta situação afeta diretamente a saúde pública e o meio ambiente local, exacerbando as condições em torno da vulnerabilidade social. A gestão pública é fundamental para promover e garantir a prestação dos serviços de saneamento básico de forma eficaz.

No entanto, a escassez de recursos financeiros, a incapacidade de implementar políticas públicas eficientes e a falta de ações educativas para conscientizar a população são obstáculos persistentes. Como argumentam de Oliveira, Lacerda e de Souza (2020), várias questões contribuem para a ineficiência da gestão do saneamento. Estas incluem a falta de planejamento estratégico, corrupção e burocracia excessiva.

#### **4.1 Abastecimento de Água**

Os dados Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022), mostram que o município possui abastecimento parcial de água na área urbana. A maioria das fontes utilizadas são poços artesianos e sistemas simplificados. A falta de uma rede extensa de distribuição de água ligada às estações de tratamento em algumas áreas periféricas leva a problemas de qualidade da água que aumentam a predisposição para doenças de origem hídrica, como diarreia, hepatite e helmintíase.

#### **4.2 Esgotamento Sanitário**

O ponto mais crítico identificado nos dados foi o esgotamento sanitário. São Francisco do Guaporé atualmente não possui redes de coleta pública e tratamento de esgoto. A maioria das unidades domiciliares utiliza fossas e valas rudimentares ou despeja seus efluentes em córregos, causando graves riscos ambientais e fatores de saúde pública. Tal cenário foi gerado principalmente pela ausência histórica de investimentos no setor e fraqueza institucional em relação ao planejamento urbano.

#### **4.3 Resíduos Sólidos**

Nesta cidade, a gestão de resíduos sólidos implica na existência de coleta regular apenas na sede municipal. Nas áreas rurais e zonas de expansão urbana, ela não existe ou ocorre de maneira precária. Não há estrutura de coleta seletiva, nem programas consolidados de educação ambiental. A destinação final dos resíduos ocorre em lixões a céu aberto, o que está em desacordo com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, legislação, e agravam os problemas ambientais e sanitários locais.

No entanto, a escassez de recursos financeiros, a incapacidade de implementar políticas públicas eficientes e a falta de ações educativas para conscientizar a população são obstáculos persistentes. Como argumentam de Oliveira, Lacerda e de Souza (2020), várias questões contribuem para a ineficiência da gestão do saneamento. Estas incluem a falta de planejamento estratégico, corrupção e burocracia excessiva.

#### **4.4 Planejamento e Gestão Municipal**

A análise documental comprova que o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) não existe, e caso existisse estaria desatualizado. Esta informação é mais uma evidência de que o município não implementa efetivamente políticas que poderiam ser benéficas e atualmente não é capaz de captar os múltiplos níveis de recursos federais e estaduais. De acordo com Andrade (2022), a falta de planejamento técnico adequado e participativo é o principal obstáculo ao avanço das políticas de saneamento em pequenos municípios como São Francisco do Guaporé.

#### **4.5 Impactos na Saúde Pública**

Os dados dos relatórios da Secretaria Municipal de Saúde, complementados pelos relatórios estaduais, mostram a alta incidência de doenças infecciosas entéricas transmitidas pela água associada à falta de infraestrutura de saneamento. Essa incidência é mais observada entre o segmento jovem da população e em idosos. Existem registros neste município de diarreia, hepatite A, parasitose intestinal e leptospirose. Estudos de Costa & Amaral (2020), confirmam que o saneamento básico está diretamente correlacionado com as altas taxas de ocorrência de morbidade hospitalar na área norte desta região geográfica do Brasil.

#### **4.6 Participação Social e Boas Práticas**

Na mesma perspectiva, há baixa participação da sociedade civil na formulação e monitoramento de políticas públicas de saneamento no município. A inexistência de um conselho municipal ativo e a fragilidade das campanhas educativas inviabilizaram a

mobilização social. No mesmo sentido, Oliveira e Santos (2021), constataram que experiências bem-sucedidas, como a de Alta Floresta d'Oeste, demonstram que a atividade comunitária é uma condição indispensável para o sucesso do plano local de saneamento básico.

A Tabela 1 sintetiza os principais indicadores de saneamento no município de São Francisco do Guaporé, revelando um cenário crítico e preocupante quanto à oferta e à qualidade dos serviços básicos. Os dados evidenciam que o abastecimento de água é apenas parcial, baseado principalmente em poços artesianos, sem cobertura universal na área urbana.

**Tabela 1 – Indicadores de Saneamento em São Francisco do Guaporé**

Indicador	Situação Atual	Fonte
Abastecimento de água (área urbana)	Parcial – predominância de poços artesianos	SNIS (2022)
Coleta de esgoto	Inexistente – feito em fossas rudimentares	Relatório municipal
Coleta de resíduos sólidos	Regular na sede, precária nas áreas rurais	Secretaria Municipal
Destino final dos resíduos	Lixões a céu aberto	Lei 12.305/2010
Plano Municipal de Saneamento Básico	Inexistente	Andrade (2022)
Participação social	Baixa, nenhum conselho ativo	Oliveira e Santos (2021)
Doenças infecciosas associadas ao saneamento	Alta incidência entre crianças e idosos	Costa e Amaral (2020)

Fonte: Elaboração própria com base na literatura consultada (2025).

#### 4.7 Resultados e Discussão

A análise dos resultados evidencia uma situação de vulnerabilidade sanitária em São Francisco do Guaporé, marcada pela precariedade em todos os componentes do saneamento básico. A ausência de rede pública de esgoto, o uso de fossas rudimentares e o despejo de resíduos em córregos expõem a população a riscos constantes, impactando diretamente a saúde e o meio ambiente. Essa realidade é agravada pela inexistência de um plano municipal atualizado, o que compromete tanto a gestão quanto a captação de recursos e a elaboração de políticas eficazes.

No que tange ao abastecimento de água, a cobertura parcial e a dependência de poços artesianos em regiões periféricas geram desigualdade no acesso a água de qualidade. Essa limitação tem relação direta com a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, como diarreia, hepatite e parasitoses, especialmente entre os mais vulneráveis. A fragilidade da infraestrutura e a falta de manutenção comprometem a segurança hídrica da população, o que demanda intervenções urgentes no sistema de distribuição e tratamento.

A gestão de resíduos sólidos também se mostra insuficiente. Embora haja coleta regular na sede, as áreas rurais e de expansão urbana permanecem desassistidas. A ausência de coleta seletiva e de campanhas de educação ambiental resulta no descarte inadequado de resíduos, que acabam em lixões a céu aberto. Essa prática, além de ilegal, representa uma ameaça à saúde coletiva e ao meio ambiente, exigindo um reordenamento logístico e educativo voltado à sustentabilidade.

A participação social na formulação e no acompanhamento das políticas de saneamento é praticamente inexistente. Sem conselhos municipais ativos ou espaços de escuta, a população permanece alheia às decisões, o que dificulta o engajamento e a cobrança por melhorias. Experiências bem-sucedidas em outros municípios demonstram que a inclusão da comunidade nos processos decisórios aumenta a eficácia das ações e fortalece a governança local.

Em síntese, os impactos sanitários dessa conjuntura são evidentes. Os dados revelam alta incidência de doenças infecciosas, sobretudo entre crianças e idosos, grupos que naturalmente exigem maior proteção do poder público. A relação entre infraestrutura precária e morbidade hospitalar é clara, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas entre saúde e saneamento. Portanto, a melhoria do saneamento em São Francisco do Guaporé não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de justiça social e garantia de direitos básicos à população.

## **5 Conclusão**

Este estudo teve o objetivo de analisar os desafios que a gestão pública enfrenta no setor de saneamento básico em São Francisco do Guaporé, identificando os obstáculos, apontando suas causas e sugerindo soluções viáveis que possam ser implementadas de maneira eficaz e sustentável.

O diagnóstico apontou que o município apresenta grandes deficiências em todos os temas de saneamento básico, principalmente em relação à inexistência de uma rede pública de esgoto, à precariedade dos serviços de coleta e tratamento de lixo e à indisponibilidade de um plano municipal de saneamento atualizado, entre outros. A maioria dessas restrições deve-se à fraqueza técnica e financeira da administração pública e ao limitado quadro estratégico e à participação pública no processo de tomada de decisão.

A ausência de instalações de saneamento também foi descoberta impactar direta e negativamente as pessoas, em particular os grupos mais vulneráveis, e contribuir para altos níveis de doenças relacionadas à água, incorrendo no processo em custos adicionais relacionados à saúde. Em contraste, exemplos positivos de outros municípios argentinos de tamanhos comparáveis ilustram que, quando a participação comunitária é fortalecida e os planos são desenvolvidos coletivamente, esses obstáculos podem ser superados.

Conclui-se que é urgente construir e executar um Plano Municipal de Saneamento para São Francisco do Guaporé, apoiado em diagnóstico técnico e preciso, incluindo participação social e consonância com políticas de saúde e ambientais. Também há necessidade de colaboração, treinamento de recursos humanos e mobilização de fundos entre instituições dentro dos estados e entre estados e o governo federal. Mas, é apenas com bom planejamento, gestão qualificada e participação da sociedade que o direito ao saneamento básico e à saúde de toda a população municipal será garantido.

## Referências

ALMEIDA, Abner Vitor et al. **Viabilidade da biotecnologia no saneamento básico: Uma avaliação econômica e sustentável**. Research, Society and Development, v. 12, n. 13, p. e144121344504-e144121344504, 2023.

ANDRADE, A. **Diagnóstico do saneamento básico nos pequenos municípios da região Norte**, 2022. BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 de janeiro de 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: seção 1; Brasília, DF; 3 de agosto de 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza a Lei Geral do Saneamento Básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 de julho de 2020.

COSTA, Gedeão Rodrigues et al. Hakim: **Planejamento Urbano**. The Singapore Engineer, Saneamento Básico. Sua conexão com o Meio Ambiente e Saúde Pública. Paramétrica, v. 14, n. 1, 2022.

COSTA, R.; AMARAL, T. Saneamento e Saúde Pública: Um estudo de caso em Guajará-Mirim – RO. **Revista Amazônia em Foco**, v. 5, n. 2, p. 34–46, 2020.

DE OLIVEIRA, Camille Pereira; LACERDA, Jhonny; DE SOUZA, Frank Pavan. **Políticas Públicas e Saneamento Básico: Perfis Legais para a Prestação de Serviços**. Exatas & Engenharias, v. 10, n. 29, p. 46–47, 2020.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **Saneamento e saúde: evidências relacionadas às políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

HELLER, L. **Saneamento e saúde: bases para as políticas públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari; DUARTE, Francisco Carlos. Saneamento básico e direito à saúde: considerações a partir do princípio da universalização dos serviços públicos. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 7, n. 1, p. 62-69, 2015.

MATIAS, E. Saneamento básico na Amazônia: desafios para a universalização dos serviços. **Revista Norte em Debate**, Porto Velho: UNIR, v. 3, n. 1, p. 57–69, 2021.

NUNES, Victor Reis de Santiago. **O Setor de Saneamento Básico do Brasil: Desafios e Perspectivas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, J.; SANTOS, M. Planejamento participativo e gerenciamento de saneamento em Alta Floresta d'Oeste – RO. **Revista Gestão Pública em Perspectiva**, v. 10, n. 1, p. 88–101, 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Progresso em água potável, saneamento e higiene: 2000- 2017: Foco especial nas desigualdades**. Genebra: OMS, 2021.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Investir em saneamento: desempenho econômico e resultados positivos em saúde pública**. Brasília: OPAS, 2019.

PAGANINI, Wanderley da Silva; BOCCHIGLIERI, Miriam Moreira. O Novo Marco Legal do Saneamento: universalização e saúde pública. **Revista USP**, n. 128, p. 45-60, 2021.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento e o Meio Ambiente e Saúde Pública**. Juiz de Fora, MG, v. 13, p. 335–351, 2010.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos serviços de água e esgoto – 2022**. Brasília: Ministério das Cidades, 2023.

SOUZA, C. M.; SREDNICKI, M. (Org.) Governos locais e políticas públicas: o desafio da sustentabilidade em saneamento ambiental. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 245–262, 2007.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Água, saneamento e higiene nas escolas brasileiras**. Brasília: UNICEF, 2019.